

SITAWI

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2012**

SITAWI

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do superávit/déficit

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da
SITAWI
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **SITAWI** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior

Não auditamos, nem foram auditadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos relatório de auditoria. Além disso, exames adicionais decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2011, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício, as mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ

Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/0-6 - S - RJ

João Paulo Linhares Areosa
Contador CRC 1 RJ 094462/O-8

SITAWI

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota Explicativa	2012	2011 (Não auditado)		Nota Explicativa	2012	2011 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.739.308	335.798	Obrigações com repasses	6	802.624	927
Impostos a recuperar		12.186	11.578	Obrigações tributárias		4.795	2.052
Empréstimos sociais e ambientais	4	78.155	184.252	Obrigações trabalhistas	7	14.789	10.829
Despesas antecipadas		4.788	-	Contas a pagar		9.756	5.596
		<u>1.834.437</u>	<u>531.628</u>			<u>831.964</u>	<u>19.404</u>
Não circulante				Não circulante			
Empréstimos sociais e ambientais	4	57.699	135.853	Obrigações com repasses	6	800.348	114.000
Imobilizado	5	4.457	6.831			<u>800.348</u>	<u>114.000</u>
		<u>62.156</u>	<u>142.684</u>				
Patrimônio social				Patrimônio social			
				Fundo social	9	422.044	422.044
				Déficit/superávit acumulado		(157.764)	118.864
						<u>264.280</u>	<u>540.908</u>
Total do ativo		<u><u>1.896.592</u></u>	<u><u>674.311</u></u>	Total do passivo e patrimônio social		<u><u>1.896.592</u></u>	<u><u>674.311</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SITAWI

Demonstrações do superávit/déficit Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2012	2011 (Não auditado)
Receitas operacionais			
Subvenções particulares	10	398.392	453.427
		<u>398.392</u>	<u>453.427</u>
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	12	(206.097)	(154.538)
Gerais e administrativas	14	(482.870)	(182.385)
Outras receitas e despesas operacionais	11	3.970	29.778
Receitas e despesas financeiras	15	9.977	7.061
		<u>(675.020)</u>	<u>(300.084)</u>
(=) Superávit/(déficit) do exercício		<u><u>(276.628)</u></u>	<u><u>153.344</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SITAWI

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Não auditado)
Superávit/(déficit) do exercício	(276.628)	153.344
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(276.628)</u>	<u>153.344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SITAWI

Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em Reais)

	Fundo social	Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)	422.044	(34.480)	387.564
Superávit do exercício	-	153.344	153.344
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)	422.044	118.864	540.908
Déficit do exercício	-	(276.628)	(276.628)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	422.044	(157.764)	264.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SITAWI

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em Reais)

	2012	2011 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/superávit no exercício	(276.628)	153.955
Depreciação e amortização	2.374	2.065
	<u>(274.254)</u>	<u>156.020</u>
Aumento/(redução) nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	(608)	(2.048)
Contas a receber	184.251	102.628
Despesas antecipadas	(4.788)	-
	<u>178.855</u>	<u>100.580</u>
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Obrigações com repasses	1.488.045	648
Obrigações tributárias	2.743	(38)
Obrigações sociais e trabalhistas	3.960	8.173
Outras obrigações	-	114.000
Outras contas a pagar	4.160	(115.584)
	<u>1.498.908</u>	<u>7.200</u>
Caixa líquido consumido provenientes das atividades operacionais	<u>1.403.510</u>	<u>263.800</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	-	(2.098)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(2.098)</u>
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.403.510</u></u>	<u><u>261.702</u></u>
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	335.798	74.096
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.739.308	335.798
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.403.510</u></u>	<u><u>261.702</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A SITAWI é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e sem filiação partidária ou religiosa, que trabalha no Brasil para desenvolver soluções financeiras para impacto social e ambiental há 5 anos. Desde 2010, a SITAWI mantém o certificado de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Nosso trabalho é desenvolvido em parceria com grupos e organizações locais com ou sem fins lucrativos que tenham como missão ter maior impacto social e ambiental.

Nossa experiência indica que mais capital, mais tipos de capital e maior eficiência na alocação e uso do capital transformam mais vidas. Assim, trabalhamos também com famílias, empresas e instituições financeiras apoiando-as nas suas estratégias de alocação de recursos filantrópicos ou de investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

Estas demonstrações contábeis são as primeiras preparadas de acordo com o ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Moeda funcional

A Administração da Entidade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

c. Apuração das receitas e despesas

As despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas são registradas pelo regime de caixa. O superávit ou déficit referente às atividades da Entidade é incorporado ao patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

d. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido por depreciação calculada com base em taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, pelo método linear.

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f. Superávit/déficit do exercício

É incorporado pelo patrimônio social no encerramento do exercício social.

g. Obrigações tributárias

A Entidade é sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Ele goza também de isenção de outros tributos federais, como a COFINS e o PIS.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido quando aplicável pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

i. Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, controlada e em empreendimento controlado em conjunto.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 18 é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (<i>joint ventures</i>).	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto.	A revisão do CPC 19 contempla ainda a alteração de seu nome original CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (<i>Joint Venture</i>) para CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 33 é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 45 - Divulgação de participações em outras Entidades.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 45 é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 46 - Mensuração do valor justo.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 46 é: (a) definir valor justo; (b) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (c) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

A Entidade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011 (Não auditado)
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa	-	410
	<u> </u>	<u> </u>
	-	410
 Bancos		
Banco Itaú - C.C. 69393-8	150	150
Banco Itaú - C.C. 72248-9	10	6
Citibank - C.C. 2414537-8	803	-
	<u> </u>	<u> </u>
	963	156
 Aplicações financeiras		
Banco Itaú Premium - C.C. 72248-9	145.320	-
Banco Itaú Auto Mais - C.C. 69393-8	11.801	185.908
Banco Itaú Auto Mais - C.C. 72248-9	4.411	2.260
Banco Itaú Premium - C.C. 69393-8	84.131	147.064
Citibank LM DI Max Top	110.973	-
Banco Itau Compromissada DI	1.381.708	-
	<u> </u>	<u> </u>
	1.738.345	335.231
	<u> </u>	<u> </u>
	<u> </u>	<u> </u>
	1.739.308	335.798
	<u> </u>	<u> </u>
	<u> </u>	<u> </u>

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a quotas de Fundos de Investimentos que possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates. Todas as aplicações tem como referência para remuneração a variação Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Empréstimos sociais e ambientais

Refere-se a empréstimos de recursos para organizações com ou sem fins lucrativos com missão social ou ambiental, como por exemplo, saúde, moradia, educação, igualdade entre homens e mulheres, raças e etnias ou conservação de ecossistemas. Estes recursos são emprestados a taxas subsidiadas (taxa SELIC) e são acompanhados de um aconselhamento estratégico. Os empréstimos com saldo a receber em 31 de dezembro de 2012 estão demonstrados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

	2012	2011 (Não auditado)
Circulante		
CIES - Centro de Integração de Educação e Saúde	78.155	64.147
Outros parceiros	-	120.105
	<u>78.155</u>	<u>184.252</u>

	2012	2011 (Não auditado)
Não circulante		
CIES - Centro de Integração de Educação e Saúde	57.699	135.853
	<u>57.699</u>	<u>135.853</u>

Em 23 de dezembro de 2011, foi firmado um contrato entre a SITAWI e CIES com a finalidade da SITAWI financiar as atividades do CIES. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 200.000 para pagamento em 48 meses de parcelas variáveis com juros de 12% ao ano.

5. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação %	2012			
		31/12/2011 (Não auditado)	Adições	Depreciação	31/12/2012
Equipamentos de informática	20	1.605	-	(332)	1.273
Máquinas e equipamentos	20	896	-	(224)	672
Móveis e utensílios	20	885	-	(96)	789
Software	20	3.445	-	(1.723)	1.723
		<u>6.831</u>	<u>-</u>	<u>(2.374)</u>	<u>4.457</u>

Descrição	Taxa de depreciação %	2011			
		31/12/2010 (Não auditado)	Adições	Depreciação	31/12/2011 (Não auditado)
Equipamentos de informática	20	-	1.660	(55)	1.605
Máquinas e Equipamentos	20	2.241	-	(1.345)	896
Móveis e Utensílios	20	518	438	(71)	885
Software	20	8.614	-	(5.168)	3.445
		<u>11.373</u>	<u>2.098</u>	<u>(6.639)</u>	<u>6.831</u>

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Entidade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Entidade avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo em 31 de dezembro de 2012.

6. Obrigações com repasses

Refere-se às obrigações com repasse de recursos financeiros aos parceiros conforme acordado em contrato de parceria entre as partes, a composição desses repasses estão demonstrado a seguir:

	2012	2011 (Não auditado)
Circulante		
Outros	-	927
Fundo MMX (*)	690.848	-
Projeto Fundo Mais Unidos	111.776	-
	<u>802.624</u>	<u>927</u>

	2012	2011 (Não auditado)
Não circulante		
Fundo MMX (*)	690.848	-
Artemisia	109.500	114.000
	<u>800.348</u>	<u>114.000</u>

(*) O fundo social iniciou suas operações em 13 de dezembro de 2012, cuja duração estabelecida será de 2 anos, com aporte inicial de R\$ 1.380 mil. Os recursos disponibilizados, foram aplicados no Fundo de Investimento do Banco Itaú, Compromissada DI, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3, de acordo com estabelecido no Contrato de Doação com Encargo, firmado entre a Sitawi e a MMX Mineração e Matálicos S.A., MMX Mineração Corumbá S.A. e MMX Sudeste Mineração S.A. Esses recursos deverão ser utilizados única e exclusivamente para viabilização de um fundo social de pesquisa de fomento às alternativas tecnológicas e modelagem de negócios para aplicação de rejeito e finos de mineração de ferro atual da MMX Mineração Corumbá S.A. em Corumbá - MS, da MMX Sudeste Mineração S.A., na Serra Azul - MG, além dos futuros rejeitos e finos oriundos, dos projetos de expansão dessas operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

7. Obrigações trabalhistas

	2012	2011 (Não auditado)
INSS	3.561	2.787
FGTS	137	-
Pis sobre folha	21	-
Remuneração a dirigente	9.869	8.042
Salários a pagar	1.200	-
	<u>14.789</u>	<u>10.829</u>

8. Contingências

A Entidade em curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por técnicos especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2012, com base na opinião de seus assessores legais, não existem ações em andamento, portanto, não há valores dessa natureza a serem provisionados.

9. Patrimônio social

É constituído pelos recursos totalmente integralizados oriundos de doação inicial e pelo superávit e déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

10. Subvenções particulares

Registram os recursos recebidos de doação pela SITAWI para a realização de suas despesas-fins (doações) e suas despesas complementares:

	2012	2011 (Não auditado)
Doações	263.930	391.715
Outras receitas	-	6.000
Outros empréstimos	59.326	-
Receita líquida c/ empréstimos	37.035	55.713
Reversões de Fundos	38.100	-
Total	<u>398.392</u>	<u>453.427</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

11. Outras receitas

Registra basicamente as receitas com consultorias prestadas em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 3.970 (em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 29.778).

12. Custos das atividades

Refere-se às aplicações de recursos recebidos para financiamento de projetos de desenvolvimento de soluções financeiras para impacto social e ambiental.

13. Despesa com pessoal

	2012	2011 (Não auditado)
13º salário	388	-
Diárias/ajuda de custo	220	-
Estagiários	3.466	810
FGTS	807	-
Gratificações	32	-
INSS	34.698	26.683
Pis sobre folha de pagamento	101	-
Remuneração dirigentes	151.000	126.000
Salários	11.096	-
Seguros	422	-
Ticket restaurante	1.803	-
Vale transporte	2.066	1.045
Total	206.097	154.538

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

14. Despesas gerais e administrativas

	2012	2011 (Não auditado)
Aluguéis	33.115	26.829
Limpeza	-	30
Condomínio	330	-
Luz, água e gás	1.008	612
Manutenção e reparos e conservação	472	5
Material de expediente	1.345	259
Segurança	500	46
Telefone e internet	4.849	4.572
Xérox	2.038	125
Bens de natureza permanente	1.555	
Condução	13.858	5.952
Consultorias	4.772	3.969
Copa	267	265
Correios e fretes	1.176	397
Custo de computação	1.680	393
Depreciação e amortização	2.374	2.065
Livros, jornais e revistas	241	508
Refeições e lanches	14.830	4.623
Serviço de terceiros - PF	14.075	8.308
Serviço de terceiros - PJ	101.263	99.098
Serviços gráficos	2.708	290
Viagens	42.119	17.795
ISS	200	1.489
Taxas diversas	3.013	3.071
Perdas em crédito	230.589	-
Outras despesas	4.493	1.687
Total	482.870	182.385

15. Resultados financeiras

	2012	2011 (Não auditado)
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(825)	(544)
IOF s/ aplicações financeiras	(35)	(620)
Juros/multas de mora passiva	(242)	(16)
	(1.102)	(1.179)
Receitas financeiras		
Juros/multas de mora ativa	31	
Receitas c/ aplicações financeiras	11.048	8.240
	11.079	8.240
	9.977	7.061

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

16. Quocientes patrimoniais

		<u>2012</u>		<u>2011</u>
				(Não Auditado)
Liquidez imediata				
Caixa e bancos	1.739.308 =	2,09	335.798 =	17,31
Passivo circulante	<u>831.964</u>		<u>19.404</u>	
Liquidez corrente				
Ativo circulante	1.834.437 =	2,20	667.480 =	34,40
Passivo circulante	<u>831.964</u>		<u>19.404</u>	
Liquidez geral				
Ativo circulante + não circulante	1.896.592 =	1,16	674.311 =	5,05
Passivo circulante + não circulante	<u>1.632.312</u>		<u>133.404</u>	
Imobilização corrente do capital próprio				
Imobilizado	4.457 =	0,02	6.831 =	0,01
Patrimônio líquido	<u>264.280</u>		<u>540.908</u>	
Imobilização do capital de giro				
Imobilizado	4.457 =	0,00	6.831 =	0,01
Patrimônio líquido + passivo circulante	<u>1.096.244</u>		<u>560.908</u>	

17. Imunidade IRPJ

A SITAWI, por sua finalidade e objetivos e, mediante artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A organização apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ.

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Entidade participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, no caso suas aplicações financeiras conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela administração da Entidade, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.